

DITADURA TIPO EXPORTAÇÃO: A DIPLOMACIA BRASILEIRA E A QUEDA DE SALVADOR ALLENDEⁱ

DICTATORSHIP FOR EXPORT: BRAZILIAN DIPLOMACY AND THE OVERTHROW OF SALVADOR ALLENDE

Mila BURNS¹

Resumo: Este artigo analisa a influência diplomática do Brasil no golpe militar no Chile, em 1973, uma área até então negligenciada da produção historiográfica. O foco central são as seguintes questões: em que medida o regime militar de direita do Brasil influenciou a queda de Salvador Allende? Qual era a relação entre os dois países durante os anos que antecederam o golpe no Chile? De que maneiras o Brasil e os Estados Unidos agiram como parceiros nesse evento? Partindo de uma exploração profunda de um exemplo histórico em arquivos e usando documentos recentemente desclassificados, este trabalho pretende abrir novas possibilidades para uma gama de estudos sobre as relações entre governos militares da América do Sul.

Palavras-chave: Brasil; Chile; Guerra Fria; diplomacia; autoritarismo; governos militares.

Abstract: This article aims to shed light on the Brazilian diplomatic influence on the Chilean *coup d'état* of 1973, an area historians have neglected. It focuses on the following questions: to what extent did the right-wing military regime installed in Brazil influence the overthrow of Salvador Allende? What was the relation between the two countries during the years previous to the Chilean *coup d'état*? In which ways did Brazil and the United States act as partners in this event? By way of an in-depth archival exploration of one historical example using newly declassified documents, this work aims to open up new possibilities for a wide range of studies on the relations between military governments in South America.

Key words: Brazil; Chile; Cold War; diplomacy; authoritarianism; military governments.

As semanas que antecederam o 11 de setembro chileno foram de temperaturas baixas e ruas em chamas. A tensão política assolava o país. A escassez de alimentos e a alta inflação contribuíam para o clima de insegurança, simbolizado por protestos tanto contra Salvador Allende quanto em defesa do governo da Unidade Popular. Enquanto a população tomava as ruas, alguns dos integrantes dos mais altos escalões das forças militares chilenas debatiam questões estratégicas. No dia 2 de agosto de 1973, na base aérea de El Bosque, almirantes, generais e comandantes das Forças Armadas analisavam como “as medidas adotadas pelos militares brasileiros durante o golpe de estado de 31 de março de 1964 poderiam ser úteis no Chile”ⁱⁱ. Representantes do governo brasileiro espalharam a notícia

¹ Doutoranda – Departamento de História - The Graduate Center, City University of New York – Estados Unidos. Estudante, Professora em Hunter College, CUNY, e Diretora Administrativa do Centro de Estudos Latino-Americanos, Latinos e Caribenhos do The Graduate Center, CUNY.

da reunião para integrantes dos serviços de inteligência em um relatório que permaneceu em segredo até quase 40 anos depois do golpe de Estado chileno.

O documento é um dos milhares tornados públicos pela “Comissão Nacional da Verdade”, instaurada em maio de 2012 com o objetivo de investigar casos de tortura e homicídio politicamente motivados durante o período de 1964 a 1985. O grupo analisou mais de 30 milhões de documentos. Além de relatórios burocráticos detalhando atividades rotineiras, os arquivos incluem a correspondência entre as autoridades do Brasil, do Chile e dos Estados Unidos. Combinado a informações divulgadas em 2009 pelo Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos e a telegramas do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), este novo conjunto de documentos revela que o governo brasileiro se opôs à presidência de Salvador Allende e influenciou o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile. Questões até então negligenciadas pelos historiadores começam, aos poucos, a ser respondidas. Como o regime militar de direita instalado no Brasil influenciou a derrubada de Salvador Allende? Qual era a relação entre os dois países durante os anos anteriores ao golpe de estado no Chile? Até que ponto Brasil e Estados Unidos atuaram como parceiros nesse evento?

Usando documentos recentemente divulgados pelo governo e fontes presentes em arquivos nos Estados Unidos, Chile e Brasil, este artigo investiga a influência do Brasil, principalmente no campo diplomático, no golpe militar de 11 de setembro de 1973, no Chile. Mergulhando em uma relação diplomática cujos detalhes permaneciam desconhecidos, este texto traz a hipótese de que o primeiro país a instalar um regime militar de direita no Cone Sul tenha se envolvido nos subsequentes golpes na região, propondo que historiadores encararem a influência mútua entre nações sul-americanas durante tal período. Em vez da tradicional visão dos Estados Unidos como único e principal patrocinador dos golpes militares na região durante os anos 1960 e 1970, propõe-se uma análise inter-regional e transnacional, em que poderes locais interagiram para interferir nos regimes de países vizinhos.

Além da influência norte-americana, a historiografia do período militar tendia a olhar, até a corrente década, apenas para o papel de países que ocupavam o centro da narrativa da Guerra Fria, como União Soviética e Cuba, em relação aos regimes militares instaurados na América do Sul. Poucos foram os que investigaram as interações entre os países do continente. A herança interpretativa da Teoria da Dependência, de que há sempre

uma grande nação determinando o rumo de “pequenos” países, tornou o foco inter-regional secundário. Encarar os vínculos entre Chile e Brasil, todavia, nos permite não apenas entender esse intercâmbio político, mas reavaliar o papel dos Estados Unidos nos regimes chileno e brasileiro. É possível, inclusive, que tal perspectiva nos permita descobrir uma organização global no período distinta da que trabalhos acadêmicos anteriores nos levaram a acreditar.

Estudos sobre regimes militares na América Latina não são raros ou novos. Há inúmeros, focando em diversas perspectivas. Recentemente, com os cinquenta anos do golpe no Brasil e os quarenta anos do golpe no Chile, vários trabalhos foram publicados sobre o assunto. O questionamento da história recente dos governos civis no Brasil e debates sobre a periodização do regime militar influenciaram essa onda. Nela, uma linha originária das descobertas da Comissão da Verdade prevalece: a relação entre militares e civis. Até mesmo a análise das políticas educacionais do período foca no papel dos civis nas universidades brasileiras. A busca de outros atores que articularam a solidificação do regime, como militares de baixa patente, também está presente. Seguindo uma outra avenida, James N. Green analisou a influência dos intelectuais norte-americanos na queda do regime militar brasileiroⁱⁱⁱ.

No Chile, enquanto o governo debatia um projeto para remover a palavra “ditadura” dos livros escolares, historiadores continuavam investigando novos aspectos do regime militar. Mary Helen Spooner dedicou-se ao período pós-Pinochet, demonstrando que a recuperação econômica foi longa e dolorosa^{iv}. Após décadas de censura, também ganharam espaço análises de bastidores e autobiográficas. O ex-Ministro da Mineração de Salvador Allende, Sergio Bitar, escreveu uma narrativa detalhada de seus anos no governo socialista^v. A filha de Edmundo Pérez Zujovic recordou o assassinato do pai durante o governo da Unidade Popular^{vi}.

A escassez de fontes primárias que atestem a conexão entre o governo brasileiro e a queda de Salvador Allende levou os historiadores a buscarem narrativas alternativas, sem um foco direto nas relações entre os dois países. Poucos são os trabalhos que se dedicam às relações entre Chile e Brasil com outros regimes sul-americanos. Tanya Harmer afirma que o golpe militar no Chile foi parte de uma “Guerra Fria Interamericana” resultante das disputas entre Cuba, Chile, Estados Unidos e Brasil. Com base em uma extensa pesquisa em arquivos sul-americanos, Harmer sugere uma nova perspectiva para a influência norte-

americana, mas foca sobretudo no papel de Cuba^{vii}. A historiadora volta-se para o Brasil em um artigo anterior à abertura dos arquivos pela Comissão Nacional da Verdade, em que argumenta que o país “interveio para prevenir ou derrubar ganhos da esquerda” no Chile, na Bolívia e no Uruguai^{viii}. Luiz Alberto Moniz Bandeira aborda o tema amplamente, mas usa como fonte central documentos diplomáticos, como os telegramas trocados entre a Secretaria de Estado e a Embaixada do Brasil no Chile^{ix}. Talvez os únicos trabalhos dedicados especificamente às relações entre Brasil e Chile durante o período militar sejam sobre exilados. No entanto, elas oferecem uma abordagem limitada a histórias individuais e à situação política em cada um dos dois países. Relações diplomáticas não fazem parte de tais pesquisas^x.

Não há, neste artigo, a pretensão de esgotar as fontes para o estudo deste momento histórico ou dar a palavra final sobre a importância dessa influência mútua para a ascensão e a queda das ditaduras no Brasil e no Chile. Este trabalho trata de um caso histórico, e não de um estudo pormenorizado de como as ditaduras sul-americanas influenciaram umas às outras. A intenção é apresentar uma breve história de uma relação diplomática frequentemente esquecida e maior do que a imaginada pela maioria dos chilenos e brasileiros e, assim, abrir novas possibilidades para uma ampla gama de estudos sobre as relações entre os governos militares na América do Sul.

Médici e Nixon

Quando embarcou para os Estados Unidos, duas semanas antes do Natal de 1971, o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici tentava em vão suprimir a reputação de agressivo e arrogante, que o precedia em suas viagens. Em vez de cultivar a esperança de conseguir a bênção de Richard Nixon, ele viajava com a certeza de ser o governante de uma nação poderosa por si só, independente de qualquer superpotência. A viagem ofereceu à mídia conservadora um enredo de histórias positivas para contar não apenas no Brasil, mas também na vizinhança. A revista chilena *Qué Pasa* publicou uma reportagem de capa sobre a viagem de Médici para os Estados Unidos. Intitulado “O Brasil vai falar em Washington como uma potência mundial”, o texto aclamava o sucesso brasileiro^{xi}. O tom era bastante diferente do empregado pela imprensa internacional nos meses anteriores, quando a imagem do governo militar havia sido duramente ferida por vários artigos de jornais

apontando os abusos de direitos humanos no país. As denúncias foram uma reação a uma nova estratégia de grupos brasileiros de resistência à ditadura: o sequestro de autoridades internacionais em troca de prisioneiros políticos. O governo reagiu violentamente, com mais prisões e punições, e esse movimento foi acompanhado pela imprensa de todo o mundo.

Enquanto a mídia brasileira estava sob censura, as redes esquerdistas chilenas reagiram agressivamente, organizando manifestações contra Médici. Um programa de televisão chamava a população a participar de um protesto contra as violações de direitos humanos cometidas pelo governo brasileiro. O embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Câmara Canto, acompanhava atentamente cada uma dessas notícias, reportando sua indignação ao Departamento de Segurança Nacional. “Na última sexta-feira, 12, na TV 7, uma empresa cujo acionista majoritário é o governo do Chile, (em uma matéria) em relação ao sequestro do Embaixador alemão no Rio de Janeiro, o governo brasileiro foi alvo de uma enorme diatribe”^{xii}. O clima de crítica ainda custaria muito a cessar.

Mas quando Médici viajou para os Estados Unidos, ele ignorou as percepções externas e decidiu se concentrar em números. O Brasil caminhava para uma política internacional cada vez mais ativa. A economia do país tinha conseguido o impressionante crescimento de, em média, 11,1% ao ano entre 1968 e 1973^{xiii}. A população deixava as áreas rurais para ajudar a construir centros urbanos cada vez maiores. A classe média aumentou consideravelmente. As exportações e importações saltaram de 4,1% e 2,7% ao ano entre 1964 e 1967 para 24,6% e 27,5% ao ano entre 1968 e 1973^{xiv}. O forte impulso econômico embalava a popularidade de Médici e levou o ditador brasileiro a concluir que era hora de buscar o reconhecimento de Nixon. Era o momento de impressionar seus colegas militares, a imprensa e a opinião pública brasileiros. Matias Spektor oferece uma interpretação perspicaz da atitude de Médici, argumentando que “também é possível que, para ele, a viagem fosse uma forma de legitimar a ditadura em um período em que uma rede de exilados políticos começava a fazer barulho com acusações sobre tortura e terrorismo do regime que estava comandando o país”^{xv}.

Como demonstra o historiador James N. Green em seu trabalho sobre a reação da sociedade civil norte-americana à violação dos direitos humanos no Brasil e sua influência sobre o enfraquecimento da ditadura, manifestações e publicações questionando o regime brasileiro ganhavam força nos Estados Unidos. Durante a visita de Médici a Washington

D.C., um grupo de exilados brasileiros e intelectuais norte-americanos carregava um cartaz grande, de fácil leitura das janelas da Casa Branca, que urgia: “Parem os dólares e a cumplicidade com a tortura no Brasil”^{xvi}. Ao visitar a Organização dos Estados Americanos (OEA), Médici foi novamente desafiado quando um manifestante se levantou e gritou em português: “Viva o Brasil livre! Abaixo a tortura”^{xvii}! Apenas alguns meses antes da visita do presidente brasileiro, o jornal *The Washington Post* publicou um artigo de página inteira em que Marcos Arruda, que vivia nos Estados Unidos no que classificou como “exílio forçado”, detalhava sua prisão e tortura^{xviii}.

Mas Médici não se incomodava. Ou, pelo menos, tentava não demonstrar desconforto. Na noite de seu desembarque, Nixon lhe ofereceu um jantar na Casa Branca. Ele olhou para o general brasileiro, que ouvia atentamente o tradutor, e propôs um brinde destacando a importância da reunião, porque “como vai o Brasil, vai o resto do continente latino-americano”^{xix}. Um dia depois, um presunçoso Médici entrou no escritório de Richard Nixon. Com a ajuda de um intérprete, o ditador brasileiro disse que sua “visita e as boas-vindas do presidente norte-americano foram muito acima de qualquer coisa que havia esperado”^{xx}. Ele tentou deixar claro que falava de igual para igual ao dizer jocosamente que estava na boca do povo que “ele e o presidente se davam muito bem, que se tornaram amigos e foi por isso que as pessoas lhe estavam pedindo que intercedesse junto ao presidente”, ao que Nixon concedeu, completando que sentia que eles tinham “estabelecido uma relação próxima e verdadeiramente amigável”.

Os “verdadeiros amigos” continuaram a reunião conversando sobre Cuba e o fato de que nenhum dos dois queria qualquer tipo de relação com a ilha comunista. Foi quando Nixon sugeriu abrir uma linha de comunicação secreta, à qual nem mesmo os diplomatas e seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores teriam acesso. Nixon disse que iria nomear o assessor de Segurança Nacional, Henry Kissinger, como o único a manejar tal canal; Médici apontou o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barbosa, que já seria responsável por um arquivo especial em que tudo era escrito à mão, de modo que “nem mesmo os datilógrafos tinham conhecimento de nada”. Depois de tratar da situação na Bolívia e sublinhar a dificuldade que tinha “no trato com os latino-americanistas”, Nixon perguntou o que Médici pensava da situação no Chile. Médici respondeu com tranquilidade, assegurando que “Allende seria derrubado pelas mesmas razões que Goulart havia sido derrubado no Brasil”.

Apesar de o clima de amizade não ter sido uma constante durante as duas décadas do regime militar brasileiro, em seus primeiros anos o país, outrora visto como uma potencial nova China, tornara-se um aliado importante e um parceiro sólido. Principalmente quando, em 1970, uma possível nova Cuba emergia no Cone Sul. A eleição do socialista Salvador Allende no Chile foi o início de uma parceria.

Primeiros contatos

Em 1977, uma rua bucólica na região metropolitana de Santiago recebeu o nome de Antônio Cândido da Câmara Canto. Era o ano de sua morte. Em sua terra natal homenagens semelhantes ocorreram. Mas é difícil para os atuais moradores dessa rua do Chile entenderem por que um diplomata brasileiro mereceu tal distinção. Embaixador do Brasil no Chile entre 1968 e 1975, Câmara Canto não era um oficial comum. Boa parte de seu mandato foi dedicada ao enfraquecimento de Salvador Allende e ao fortalecimento de Augusto Pinochet.

Câmara Canto era um homem cheio de convicções. Em abril de 1969, coordenou a Comissão de Investigação Sumária, um grupo designado pelo Ministério das Relações Exteriores para expulsar os comunistas de seu corpo de trabalhadores. Ele se tornaria o maior expurgo da história da diplomacia brasileira, revogando 44 mandatos. Deles, no entanto, apenas quatro foram por motivação política. Câmara Canto decidiu utilizar a oportunidade para se livrar de alcoólatras e homossexuais. “Aguentas una verdad?”, dizia aos réus em espanhol. Um dos funcionários demitidos, que não tinha ligações com o partido comunista, perguntou por que ele perdera o emprego. A resposta, o *Jornal do Brasil* não se atreveu a escrever plenamente: “Fostes punido porque eres (impublicável, designando homossexual)”^{xxi}. Outra vítima da Comissão foi o poeta e diplomata Vinícius de Moraes. Quando soube que a Comissão tinha como alvos homossexuais e boêmios, ele se antecipou anunciando: “Eu sou um alcoólatra!”^{xxii}

Durante a presidência de Eduardo Frei, inclusive no período em que a Embaixada estava sob o comando de Câmara Canto, o governo brasileiro manteve uma relação tensa, mas cordial com as autoridades chilenas. Em abril de 1970, o governo chileno decidiu apoiar a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança das Nações Unidas^{xxiii}. Além do comércio econômico, os países mantiveram uma programação intensa de eventos culturais,

como festivais de cinema e arte. Preocupado com o futuro de tais conexões, Câmara Canto acompanhou de perto a candidatura de Salvador Allende. Ao longo do ano de 1970, ele enviou ao Ministério das Relações Exteriores relatórios detalhados sobre cada manifestação, evento ou depoimento envolvendo lideranças da Unidade Popular^{xxiv}.

Durante a campanha presidencial, a ditadura brasileira tornou-se um alvo para a esquerda chilena. Santiago foi palco de vários protestos, especialmente nos campi universitários. Um grupo de estudantes brasileiros que havia chegado à cidade para um programa de intercâmbio chegou a sofrer ameaças de “estudantes de esquerda” e foi obrigado a deixar o campus da Universidade do Chile^{xxv}. Canto considerou o episódio uma demonstração da “ampliação e profundidade alcançada neste país da campanha de difamação internacional organizada pela mídia contra o governo brasileiro”^{xxvi}.

Após a posse de Allende, a imprensa intensificou os ataques. O jornal *La Nación*, considerado por Canto uma publicação “oficial”, escreveu um editorial agressivo em dezembro de 1970. O embaixador telefonou para o diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores do Chile. “Depois de dizer que estava arrependido, ele atribuiu o editorial ao fato de que os vários setores da nova administração ainda não estavam coordenados”^{xxvii}. Menos de uma semana depois, Salvador Allende deu a sua primeira conferência de imprensa internacional, recebendo jornalistas de vários países, incluindo o Brasil, em sua residência oficial. Ele afirmou que aspirava manter relações cordiais com o país vizinho, pois “nada pode alterar esta amizade”^{xxviii}. Mas o recém-empossado presidente também reclamou da cobertura da imprensa brasileira de sua eleição e das constantes acusações de que ele iria acabar com a democracia no Chile^{xxix}.

Nos primeiros meses do governo de Allende, a aparente cordialidade era um elemento importante nas relações entre Brasil e Chile. Uma sensação de continuísmo se via em eventos como a XI Bienal de São Paulo, em 1971, para o qual o governo chileno enviou obras de arte, e a Feira Internacional de Santiago (FISA), em que o governo brasileiro exibiu anualmente suas mais recentes inovações agrícolas desde 1960. O Brasil, porém, não se absteve de rispidez com o país no campo internacional. Em 21 de janeiro de 1971, Murillo Vasco do Valle e Silva, Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), enviou uma carta ao presidente Emílio Garrastazu Médici para recomendar a expulsão do Chile da Junta Interamericana de Defesa (JID). Comparando a situação ao que ocorreu em 1961, quando os Estados Unidos exigiram a retirada da delegação cubana da

instituição, Valle e Silva argumentou que “embora o programa socialista em desenvolvimento pelo presidente Salvador Allende no Chile não declare abertamente a adesão a princípios marxista-leninistas, ele tende a criar desarmonia e desconfiança nos organismos onde são discutidas medidas de proteção contra a infiltração ideológica comunista no continente americano”^{xxx}.

O projeto de pôr fim a tal “desarmonia e desconfiança” criou conexões entre os líderes de direita do Chile e do Brasil. Em um “telegrama estritamente confidencial”, um jornalista ligado ao ex-presidente chileno Jorge Alessandri alertou sobre um plano para criar uma guerrilha contra o “perigo vermelho”^{xxxi}. Um mês mais tarde, um outro telegrama descrevia uma sala, dentro do Ministério do Exército, na qual as autoridades estudavam mapas e maquetes dos Andes, onde a guerrilha anticomunista operaria^{xxxii}. O Exército brasileiro ajudaria a ensinar técnicas de combate, enviando “vários agentes secretos que entrariam no Chile disfarçados como turistas”^{xxxiii}. Chilenos que se opunham ao governo da Unidade Popular seriam treinados para, depois, lutar contra Allende.

No espectro político doméstico, a impaciência reinava no Chile. O secretário-geral do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Miguel Enriquez, queixava-se da timidez das ações de Allende e sugeria que a população invadisse fazendas e indústrias, tomando forçosamente o que “pertencia a eles”, em vez de esperar a restituição do governo^{xxxiv}. Mas se houve um momento que simbolizou essa instabilidade, ele se deu em 1971, quando Fidel Castro decidiu visitar o Chile, promovendo o que o Partido Comunista de Cuba chamou de “um encontro simbólico de dois processos históricos”^{xxxv}. O jornalista e diplomata José Rodríguez Elizondo o definiu de forma diferente, afirmando que Castro sabotara o governo da Unidade Popular. “Em primeiro lugar, não há silogismos para situações complexas. Em segundo lugar, os iluminados sempre tentam arrastar seus amigos, mesmo que seja para a morte e, em terceiro, os iluminados não podem ter amigos, apenas seguidores”^{xxxvi}.

Adivinhe Quem Vem para o Jantar?

Em sua longa passagem pelo país, Castro sintetizou temores internacionais e fragilidades internas. Por ocasião do primeiro aniversário de seu governo, Allende anunciou para uma multidão reunida para as celebrações no Estádio Nacional que o líder cubano

chegaria em breve. Embora as autoridades chilenas o tivessem convidado para uma visita de dez dias, *El Comandante* nunca confirmou quanto tempo pretendia ficar. Muito antes do desembarque de Castro, no entanto, a ditadura brasileira já estava atenta à aproximação entre Chile e Cuba. No dia da posse de Allende, Antônio Câmara Canto escreveu algumas linhas sobre a opinião do novo presidente em relação à participação do Chile na Organização dos Estados Americanos (OEA) e dedicou mais da metade de seu telegrama a Cuba. O embaixador comunicou ao governo brasileiro as intenções de Allende de estreitar as relações com a ilha caribenha, “um direito que pertence ao Chile e que o país vai desenvolver com dignidade, de acordo com uma nação soberana^{xxxvii}. Ele advertiu, no entanto, que o governo chileno o faria unilateralmente, sem pedir autorização à OEA”. Câmara Canto acrescentou que um grupo de trinta representantes de Cuba iria participar da cerimônia de posse, que era “o primeiro contato entre o país e o novo presidente do Chile”.

A apreensão cresceu quando as notícias da iminente viagem do líder cubano começaram a se espalhar. Um dia antes da chegada de Castro, em seu primeiro telegrama confirmando detalhes da visita, Câmara Canto arriscou comunicar ao governo brasileiro que o político cubano ficaria por dez dias^{xxxviii}. Dois dias depois, descreveu o pouso de um “gigantesco Ilyushin, da empresa soviética Aeroflot, sob a proteção do regime de segurança mais rigoroso já visto no Chile^{xxxix}. Durante os dias seguintes, o embaixador do Brasil narrou cada passo do líder cubano. Em 12 de novembro, ele comunicou a chegada do ex-candidato presidencial e secretário do Partido Socialista francês, François Mitterrand, e do prefeito de Marselha, Gaston Defferre, para uma visita de uma semana para “examinar a experiência política chilena atual^{xl}. Em 14 de novembro, detalhou as quatro horas de duração do discurso de Castro na Universidade de Antofagasta e o comparou a um comediante mexicano. “Em alguns momentos, eu tenho a impressão de ouvir Cantiflas. Em todo caso, para a presente massa de pessoas, obcecadas e claramente de esquerda, o discurso da hiena do Caribe, assim chamado por *La Prensa* e *Tribuna*, foi uma lição verdadeiramente revolucionária^{xli}”.

No final da primeira semana, Câmara Canto elaborou um extenso relatório sobre as consequências políticas da visita. “Para Allende, a visita de Fidel é, até o momento, pelo menos, um grande sucesso. Isso porque o comandante de Sierra Maestra está agindo em território chileno mais como um político da Unidad Popular do que como um chefe-de-estado estrangeiro^{xlii}. Câmara Canto parecia impressionado com o fato de que Castro foi

capaz de “eclipsar” a figura de Che Guevara, que costumava ser apontado como o “guia espiritual de todo o movimento latino-americano de esquerda”. Esta presença carismática foi uma “contribuição do Primeiro-ministro para Allende, pois é sabido que o MIR tem sido impaciente, o seu Secretário-Geral está em desacordo com a UP, seus guerrilheiros promovem ações violentas no sul do país. Qualquer menção ao nome de Guevara durante a visita de Fidel iria intensificar as manifestações a favor do caminho das armas e, até este momento, Allende aponta para a via chilena”.

Esta observação acurada, vista em primeiro lugar como a contribuição de Castro para Allende, iria se transformar no que alguns estudiosos consideram ser o início do colapso da “via chilena para o socialismo”. O historiador Alberto Aggio sugere que houve dois passos para tal processo^{xliii}. Em primeiro lugar, a figura magnética de Castro ofuscou o presidente chileno. Encarnando o comunismo desejado por líderes de movimentos de esquerda no Chile, ele roubou toda a atenção de Allende justamente no momento em que o governo comemorava os resultados das eleições municipais que confirmavam a aprovação popular. Ao lado de um dos jovens líderes mais carismáticos da época, Allende parecia “o tio do herói”^{xliv}. Mais tarde, quando Fidel decidiu permanecer no país por muito mais tempo do que se poderia prever, ele se assemelhava cada vez mais a um convidado inconveniente, seus olhares charmosos esvanecendo, o odor de novidade transformando-se em mesmice.

Castro permaneceu por 23 dias, visitando mais de uma dúzia de cidades. Tempo suficiente para fazer discursos raivosos em relação a questões internas e criar constrangimentos com países vizinhos^{xlv}. Enquanto Salvador Allende tentava valorizar o resultado das eleições municipais para controlar as demandas de grupos de esquerda e da oposição, Castro falava abertamente sobre uma abordagem marxista mais radical, uma vez que “para unir e travar a luta não é necessário que todos concordem com tudo”^{xlvi}. Enquanto Allende usava um tom conciliador para solucionar a crise na Universidade do Chile e convencer os trabalhadores a evitarem a violência, Castro afirmava que, “quando um processo revolucionário começa, quando uma crise revolucionária é produzida, as lutas e batalhas tornam-se tremendamente agudas”.

O governo de Salvador Allende foi vítima de sua moderação. No meio da Guerra Fria, era um inimigo dos Estados Unidos e do Brasil, mas ao mesmo tempo não era revolucionário o suficiente para ganhar apoio financeiro e militar equivalente ao que Cuba

e União Soviética ofereceram a outros países socialistas. Lubna Z. Qureshi pondera que o Chile era “muito frágil para suportar qualquer movimento de libertação nacional, muito menos a sua própria” e, no dia do golpe, menos de 150 agentes cubanos estavam no Chile, enquanto Castro despachou 36 mil tropas para Angola em 1975^{xlvi}. Tanya Harmer, por sua vez, demonstra que o golpe chileno não foi o resultado de um embate Washington-Moscou, mas da disputa entre Cuba, Chile, Estados Unidos e Brasil. Na América do Sul, ela afirma, a Guerra Fria não era bipolar, mas um conflito multidimensional, em que Cuba e outros países do continente tiveram um papel decisivo^{xlviii}.

Castro ainda estava no Chile quando a oposição a Salvador Allende organizou a “Marcha das Panelas Vazias”. O movimento a favor de um plebiscito para decidir se o presidente chileno deveria permanecer no poder ganhou força. Allende reagiu com ousadia. “Um germe fascista está mobilizando certos setores de nossa juventude, especialmente nas universidades”, disse ele durante uma reunião de despedida a Fidel Castro, em 2 de dezembro de 1971^{xliv}. Como se pressentisse o que Emílio Garrastazu Médici diria alguns dias depois, enquanto conversava com Richard Nixon na Casa Branca, Allende se comparou ao presidente brasileiro deposto, João Goulart. “Os eventos são semelhantes aos vividos no Brasil durante o governo Goulart”. E continuou, em um segundo presságio. “Eu não sou um mártir... Vou deixar La Moneda só quando tiver cumprido a tarefa que me foi confiada pelo povo. Só a balas podem me impedir de cumprir o programa popular”^{li}.

O golpe chileno

A conversa entre Emílio Garrastazu Médici e Richard Nixon, na manhã de 09 de dezembro de 1971, mostra que a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a derrubada de Allende foi muito mais direta e intensa do que os historiadores demonstraram até então. Apenas um ano depois da posse de Allende, o presidente norte-americano falou abertamente sobre um golpe de Estado, indagando a Médici se ele achava que as “Forças Armadas chilenas estariam prontas para derrubar Allende”^{li}. O ditador brasileiro respondeu que “sentia que, sim, estavam, acrescentando que o Brasil estava enviando muitos oficiais ao país e tornando claro que o Brasil estava trabalhando nesse sentido”. Nixon, então, disse que era importante que os dois países trabalhassem em conjunto e ofereceu apoio. “Se dinheiro ou alguma outra ajuda discreta for necessária, poderia torná-la disponível. Isto

deve ser realizado na maior confiança. Mas temos de tentar evitar novos Allendes e Castros e tentar, sempre que possível, reverter essas tendências”. Médici completou que estava feliz por saber que suas opiniões eram tão semelhantes.

Na verdade, os membros do governo brasileiro previram o golpe antes mesmo da eleição de Allende. Em 18 de maio de 1970, o coronel Luiz José Torres Marques escreveu uma carta de três páginas ao Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas detalhando uma reunião com Câmara Canto. Marques, um supervisor de voo, foi à embaixada para se apresentar e ficou surpreso com o convite para discutir a situação política interna do Chile com secretários da Embaixada e adidos militares^{lii}.

O supervisor de voo afirmou que a situação era grave e listou várias razões pelas quais o governo brasileiro deveria se preocupar: o Partido Comunista era legal; a maioria da população e os militares se opunham às ditaduras; o MIR estava ganhando força. Cometendo um erro de ortografia no nome de Radomiro Tomic, ele descreveu as previsões dos diplomatas brasileiros para as eleições presidenciais que se aproximavam: uma vez que os “51 votos do Partido Demócrata Cristão são heterogêneos, os 27 votos de direita vão para Alessandri e os 54 votos da Unidad Popular para Allende, é provável que Atomic fique na terceira posição. Depois de afirmar que ambos, “Allende e Atomic são comunistas”, o embaixador recomendou Alessandri, “um homem austero e digno de todos os pontos de vista, o favorito entre os classe alta”, como a melhor escolha para “aqueles que não querem ver o comunismo no país”.

A narrativa de Marques demonstra que, além de uma visão clara das tendências do congresso chileno, o mais importante representante do governo brasileiro no país tinha uma estratégia de reação para cada resultado possível. Segundo ele, na hipótese de Alessandri ganhar a maioria, o Chile continuaria a ser uma democracia. A segunda situação era Alessandri vencer com uma pluralidade. Nesse caso, o Congresso teria que escolher um candidato. Em seguida, o diplomata sugeriu duas outras hipóteses: “Alpha: o congresso referenda Alessandri... Beta: o Congresso referenda Allende”. No caso Beta, a consequência provável seria um “movimento militar contra Allende”. Havia, ainda, uma terceira possibilidade: a de Allende ganhar com uma pluralidade. Nesse caso, Câmara Canto previa reações militares se Allende fosse nomeado presidente e uma “reação subversiva” se Alessandri o fosse.

Marques descreveu como tensa a vida de Câmara Canto no Chile. “Sua Excelência, o embaixador, e sua família vivem enclausurados em sua casa, no interior da embaixada, e, no caso de terem que sair por causa de obrigações de trabalho, os secretários de embaixada e adidos militares brasileiros lhes dão alguma cobertura, funcionando como se fossem policiais”. A razão para esse temor eram “ameaças frequentes de elementos subversivos nacionais e dos brasileiros, refugiados no Chile desde a revolução março 1964”. Marques termina o seu relatório pedindo ao governo brasileiro para reforçar a segurança na embaixada, comprovando que o clima no país era inquietante contra os representantes brasileiros. “Fui aconselhado a usar roupas civis para minha própria segurança”.

Problemas domésticos chilenos foram acompanhadas de perto pelo governo brasileiro. Câmara Canto relatava em detalhes as manifestações organizadas pelos partidos da oposição, a escassez de alimentos e as operações policiais^{liii}. Confrontos entre grupos de esquerda e autoridades também faziam parte dos relatórios^{liv}. Uma divisão do Ministério das Relações Exteriores, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), acompanhou de perto os passos dos quase cinco mil exilados brasileiros que viviam no Chile^{lv}. Várias outras agências governamentais, como o Serviço Nacional de Informação e o Centro de Informações da Aeronáutica, juntaram-se ao monitoramento^{lvi}.

Após o golpe militar no Brasil, em 1964, vários exilados mudaram-se para o país vizinho. Euclides Moraes Gomes foi um deles. Depois do golpe no Chile, ele foi viver na Europa, onde prestou um testemunho à Anistia Internacional e confirmou a participação dos brasileiros na derrubada de Allende, a começar pelo monitoramento constante dos exilados^{lvii}. Fernando Gabeira, também residente no Chile no momento do golpe, lembra que “contos sobre como a Embaixada do Brasil recusou-se a ajudar os brasileiros que precisavam de ajuda devido ao golpe são famosos. Mais tarde, o Brasil ajudou diretamente na repressão, algo confirmado por aqueles que foram torturados por soldados brasileiros no Estádio Nacional”^{lviii}. No momento das acusações de Gabeira, a maior parte dos documentos oficiais presentes neste artigo ainda era mantida em sigilo.

O apoio do governo brasileiro foi além de reuniões secretas. Em 1985, enquanto o Chile estava ainda sob o governo de Augusto Pinochet e o Brasil elegeu seu primeiro presidente civil em mais de vinte anos, Nathaniel Davis publicou o relato dos anos anteriores ao golpe chileno, quando era embaixador dos Estados Unidos em Santiago. Ele cunhou a expressão “Brazil Connection” para explicar a influência brasileira no processo^{lix}.

O primeiro braço dessa operação era o empresariado brasileiro. Davis evoca uma série de testemunhos orais, como o do diplomata norte-americano Edward M. Korry, que declarou que “o apoio técnico e psicológico real veio do governo militar do Brasil”^{lx}. Ele cita, ainda, um artigo do *The Washington Post* segundo o qual “o setor privado teve um papel crucial na preparação de ambas as intervenções e os empresários brasileiros que tramaram a derrubada do governo de esquerda do presidente João Goulart, em 1964, eram as mesmas pessoas que aconselharam a direita chilena sobre como lidar com o marxista Allende”^{lxi}.

A imprensa chilena também denunciou as ligações entre empresários brasileiros e a oposição a Allende. Em novembro de 1971, o jornal *Última Hora* relatou a visita do ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, o chamado “espírito econômico por trás ditadura brasileira”. De acordo com a publicação, ele manteve “silenciosamente contato com a extrema-direita e era a pessoa indicada para estabelecer contatos de alto nível entre a direita chilena e a brasileira”^{lxii}. Ao descrever ao governo brasileiro a reportagem do jornal esquerdista, Câmara Canto chamou de uma peça “obviamente distorcida”, em que as relações de Campos com os capitalistas sul-americanos haviam sido acentuadas.^{lxiii}

O segundo braço da “Brazil Connection”, de acordo com Davis, era o próprio embaixador brasileiro:

No almoço comigo no final de março 1973, ele fez uma série de sugestões (que eu recusei), tentando me atrair para um planejamento cooperativo, uma coordenação entre embaixadas, um esforço conjunto para enfraquecer o governo Allende. Mais tarde, percebi que as reminiscências dos principais planejadores do golpe como o General Arellano refletiam um laço especial de consideração com o embaixador brasileiro, que se manifestava até mesmo nos frenéticos dias anteriores ao 11 de setembro. Tudo somado, não há dúvida na minha mente de que as alegações de uma conexão brasileira são verdadeiras^{lxiv}.

Em um telegrama para o governo brasileiro, Câmara Canto afirmou que a única maneira de garantir “eleições livres e democráticas no Chile, em 04 de março, é o Exército”^{lxv}. Após o resultado das eleições parlamentares de março de 1973, de que a Unidade Popular saiu vitoriosa, Câmara Canto levantou a hipótese de fraude. Em 14 de maio de 1973, ele escreveu ao governo brasileiro sobre a possibilidade de uma guerra civil. E repetiu o alerta em 11 de junho, referindo-se também a um possível golpe de Estado^{lxvi}. Um mês antes da derrubada de Allende, ele escreveu que a situação no país era calamitosa. “Não há combustível, não há ônibus, não há caminhões para o transporte de todos os tipos

de matérias-primas, nenhuma conversa entre o governo e a oposição, em resumo, não há gabinete”^{lxvii}.

Considerações finais

Menos de um mês após o golpe de Estado no Chile, quando ainda comemorava a popularidade adquirida com o Prêmio Internacional Neustadt de Literatura, Gabriel García Márquez declarou ser o Brasil perigoso para todas as nações da América do Sul e acusou o país de orquestrar a derrubada de Salvador Allende, no Chile, a deposição de Juan José Torres, na Bolívia, e a dissolução do congresso por Juan María Bordaberry no Uruguai. García Márquez advertiu que a Argentina seria a próxima vítima da ditadura brasileira, aliada a outras forças imperialistas^{lxviii}. Embora as acusações de personalidades e instituições internacionais tenham repercutido logo após o golpe de Estado chileno, os estudiosos não se dedicaram a examinar a influência brasileira na destituição de Allende. A falta de fontes documentais, que somente agora se tornaram públicas, é a melhor explicação para tal ausência.

Entre 2012 e 2014, no entanto, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu um acervo de milhares de documentos, fotografias e depoimentos de testemunhas dos crimes cometidos durante a ditadura militar brasileira. Como demonstrado neste artigo, eles revelam que a conexão entre Brasil e Chile foi instrumental para a solidificação do golpe militar que derrubou o presidente eleito Salvador Allende, seja pelos recursos enviados diretamente para tal fim, seja pela certeza de que, além da parceria com os Estados Unidos, o golpe teria o apoio do maior país da América do Sul. Apesar de os volumes pertencentes ao acervo da CNV serem compostos majoritariamente de documentos administrativos, muitos deles apontam para a preocupação do governo militar brasileiro com os países vizinhos. O monitoramento de exilados brasileiros no Chile e as notícias diárias sobre o contexto político chileno enviadas pelo então embaixador em Santiago, Antônio Câmara Canto, corroboram a noção de que um governo socialista seria demasiadamente ameaçador para que o governo brasileiro permanecesse inerte.

Os documentos recentemente desclassificados pela CNV mostram que García Márquez tinha razão. A influência brasileira foi além de suas fronteiras, chegando a vários países do Cone Sul. Eles também confirmam que a cooperação brasileira com a ditadura

chilena continuou por muitos anos durante o regime de Augusto Pinochet. Quando a União Soviética cancelou o envio de trigo para o Chile, os Estados Unidos abriram uma linha de crédito para permitir que o país comprasse o grão. Poucos dias depois, o governo brasileiro doou ao Chile um navio cheio de farinha de milho^{lxi}. Os militares brasileiros também enviaram armas para o país, com o brasão da república brasileira cuidadosamente esmerilhado, o que demonstra a preocupação em esconder os detalhes do apoio e, ao mesmo tempo, a sua extensão^{lxx}.

Em 11 de setembro de 1973, o dia do golpe, Câmara Canto enviou vários telegramas para o governo brasileiro em que comemorava o novo regime. O conselheiro Tomás Amenábar Vergara, chefe do Estado-Maior do Ministério das Relações Exteriores do Chile, foi ao consulado brasileiro para comunicar a nova organização governamental^{lxxi}. Um mês depois do golpe, um extenso relatório do Centro de Informações do Exterior (CIEX) narrou o retorno à “normalidade” no Chile, afirmando que “as escolas estavam abertas, a polícia estava em busca de armas, nove pessoas foram sumariamente fuziladas em 30 de setembro, outras três foram executados em Santiago no mesmo dia, e outras seis, baleadas em Iquique”^{lxxii}. Para os militares por trás do golpe brasileiro, esse era um dia “normal”.

Os documentos da CNV, combinados à correspondência entre diplomatas brasileiros e chilenos nos anos 1970, presentes no Arquivo do Itamaraty, sugerem a necessidade de uma nova perspectiva em relação ao papel do governo militar brasileiro nas relações internacionais durante os anos 1960 e 1970, o auge da Guerra Fria. Por um lado, os estudos sobre as questões domésticas da ditadura militar se proliferaram. Por outro, no que concerne à política externa, historiadores tendem a dedicar-se à análise das relações entre Brasil e Estados Unidos — já extensivamente investigada por historiadores como Ruth Leacock, Phyllis R. Parker, Moniz Bandeira, E. Bradford Burns, W. Michael Weis, Thomas E. Skidmore, James N. Green, Carlos Fico, Matias Spektor e Jan Knippers Black, entre tantos outros — ou às articulações dos Estados Unidos no apoio ao golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, como fizeram Russell Crandall, Eduardo Galeano, Peter Kornbluh, Edward S. Herman, Kathryn Sikkink, Florencia Varas e Steve J. Stern. Esse novo corpo de documentos, no entanto, oferece uma avenida investigativa inédita, em que o Brasil aparece como uma influência transnacional essencial para a onda de golpes militares de direita que assolou o continente.

Apenas quatro anos após o 11 de setembro chileno, oficiais brasileiros anunciaram o fim da resistência dos grupos de esquerda. Agora, eles afirmavam, as Forças Armadas seriam necessárias para resistir à “próxima luta anti-subversiva. Essa orientação vai exigir um esforço enorme, uma vez que os militares chilenos necessitam de todo um novo sistema de inteligência e treinamento específico para enfrentar guerrilheiros urbanos”^{lxxiii}. O relato reconhece, ainda, a presença dos Chicago Boys no governo, um grupo que “propõe diretrizes econômicas conservadoras”. Após o golpe, as autoridades brasileiras também acompanharam os exilados chilenos e brasileiros e suas supostas tentativas de remover Pinochet^{lxxiv}. A série de eventos apresentados neste artigo é parte de um grande apoio, negligenciado durante anos, guardado no que os brasileiros aprenderam a chamar de “porões da ditadura”. Atestar a contribuição do governo militar brasileiro para a disseminação e a consolidação de regimes semelhantes na América do Sul abre a possibilidade de aprofundar o conhecimento das políticas externas desses governos, enfatizando não apenas a influência norte-americana, mas as relações inter-regionais que também foram indispensáveis ao crescimento das ditaduras de direita durante a década de 1970.

Referências

- AGGIO, Alberto. “Uma Insólita Visita: Fidel Castro no Chile de Allende.” *Revista História*. São Paulo, Volume 22, Número 2, 2003, 151-166.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950 - 1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- _____. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BITAR, Sergio. *El gobierno de Allende. Chile 1970 – 1973*. Santiago: Pehuén Editores, 2013.
- BLACK, Jan Knippers. *United States Penetration of Brazil*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977.
- BURNS, E. Bradford. *A History of Brazil*. New York: Columbia University Press, 1993.
- CAVALCANTI, Pedro Uchôa, Pedro Celso e Jovelino Ramos (eds.). *Memórias do exílio, 1964 / 19???: De muitos caminhos*. Vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978.
- CHIRIO, Maud. *A Política dos Quartéis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COSTA, Albertina de Oliveira, Maria Teresa Porciúncula de Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima (eds.). *Memórias das mulheres do exílio*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CRANDALL, Russel. *The United States and Latin America after the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- DAVIS, Nathaniel. *The Last Two Years of Salvador Allende*. Ithaca: Cornell University, 1985.
- ELIZONDO, José Rodríguez. “El invierno del Mesías,” *In: Caretas*, Ed 1695, November 8, 2001.
- FICO, Carlos. *Como Eles Agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- _____. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum - Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- GREEN, James Naylor. *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States*. Durham: Duke University Press, 2010.
- HARMER, Tanya. *Allende's Chile and the Inter-American Cold War*. Chapel Hill: UNC Press, 2011.
- _____. “Brazil's Cold War in the Southern Cone 1970-1975”, *In: Cold War History*, Volume 12, Número 4, 2012.
- HERMAN, Edward S. *The Real Terror Network: Terrorism in Fact and Propaganda*. Washington: South End Press, 1982.
- KORNBLUH, Peter. *The Pinochet file: a declassified dossier on atrocity and accountability*. New York: New Press, 2004.
- LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution - The United States and Brazil, 1961-1969*. Kent: The Kent State University Press, 1990.
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider Marques. “Lembranças do exílio: as produções memorialísticas dos exilados pela ditadura militar brasileira.” *In: Elias Medeiros; Naiara Molin. (Org.). A construção da memória política*. Pelotas-RS: UFPEL, 2011.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PARKER, Phyllis R. *1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- QURESHI, Lubna Z. *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile*. Lanham: Lexington Books, 2008.
- ROJAS, Alejandra. *Salvador Allende: una época en blanco y negro*. Buenos Aires: El Pais/Aguilar, 1998.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- SIKKINK, Kathryn. *Mixed Signals—U.S. Human Rights Policy and Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
- SKIDMORE, Thomas E. *The politics of Military Rule in Brazil 1964-85*. New York, Oxford University Press: 1988.
- _____. *Politics in Brazil 1930-64: An experiment in democracy*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- SPOONER, Mary Helen. *The General's Slow Retreat: Chile after Pinochet*. University of California Press, 2011.
- STERN, Steve J. *Remembering Pinochet's Chile: On the Eve of London 1998*. Durham: Duke University Press, 2006.

VARAS, Florencia. *Conversaciones con Viaux*. Santiago: Impresiones EIRE, 1972.

VELOSO, Fernando A., André Villela and Fabio Giambiagi. "Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica," *In: Revista Brasileira de Economia*, Volume 62, Número 2, Rio de Janeiro Apr./June 2008, 222.

WEIS, Michael. *Cold warriors & coups d'état: Brazilian-American Relations, 1945-1964*. University of New Mexico Press, 1993.

YOMA, Marisi Pérez Zujovic. *La gran testigo: el asesinato de mi padre durante la Unidad Popular*. Santiago: Editorial Catalonia, 2013.

Fontes (com sua recensão e geração)

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 389/73, BRAN, BSB, IE 11.1, 25-61, Agosto 8, 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, "Consbras Montevideu para Secretaria Estado, Atividades Subversivas na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai", 7 de abril de 1976.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX, "Portugal. Refugiados brasileiros. Euclides Moraes Gomes. "AI", 19 de agosto de 1976.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, EM no 01 FA-2-25, Brasília, DF, 21 de janeiro de 1971.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, Informes sobre o Chile, Parte S/No, Brasília, DF, 18 de maio de 1970.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 543/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 114/121, 30 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 522/73, II, no 671 - 90/91, 5 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, no 006/ FA-12-041, 17 de janeiro de 1975.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 13 de setembro de 1973. DMP/600(B39)(571).

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 487/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 28/121, 5 de outubro de 1973.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 566/73, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.

Brasília, Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 11.4, p. 45/109, 13 de novembro de 1973.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 19187, de 18 de junho de 1971. DFE/DPR/660.7.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 349, 10 de abril de 1970, DNU/DBP/604.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 052, 18 de junho de 1971, DFE/DPR/660.7.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 17534, 22 de setembro de 1970 DBP/600.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 9125, 27 de junho de 1970. DCInt/DBP/542.6(32) and 542.64.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25366, 4 de dezembro de 1970. AIG/DBP/DSI/500 591.71.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25786, 9 de dezembro de 1970. DBP/DTBP/601.4.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 062195, 03 de novembro de 1971. BBP/600.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 21612, 30 de outubro de 1970. AIG/DBP/601.4.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064043, 9 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064860, 11 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065394, 12 de novembro de 1971. DBP/DEOc/920(85).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065769, 14 de novembro de 1971. DBP/DAC/920(24h).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 066067, 16 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(52).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 06 de abril de 1972. DMP/600(20).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 22 de abril de 1972. DBP/600(20).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 069743, 26 de novembro de 1971. AIG/DSI/DBP/591.71.

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 011923, 2 de fevereiro 1973. DBP/600(B39)602.2(B39).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 11 de junho de 1973. DAM-I/600(B39)611.5(B39).

Brasília, Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 04 de agosto de 1973. DAM-I/600(B39).

Washington, National Archives of the United States, “Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President’s Office, the White House”. Memorandum for the President’s File. 9 de dezembro de 1971.

Notas:

ⁱ Este artigo é uma versão substancialmente revisada e modificada de um trabalho previamente publicado em inglês na *Revista Estudios de Seguridad y Defensa, Departamento de Investigación de la Academia Nacional de Estudios Políticos y Estratégicos de Chile* (ANEPE) de setembro de 2014. Ele inclui documentos, passagens e debates historiográficos que não estavam presentes na primeira versão.

ⁱⁱ Tal documento sugere não apenas o conhecimento pelo governo brasileiro deste encontro entre militares chilenos, mas a participação do mesmo. Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 389/73, BRAN, BSB, IE 11.1, 25-61, Agosto 8, 1973.

ⁱⁱⁱ Exemplos desses casos são Lucas Figueiredo, *Lugar Nenhum - Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura* (São Paulo: Companhia das Letras, 2015); Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar* (Rio de Janeiro: Zahar, 2014); Maud Chirio, *A Política dos Quartéis* (Rio

de Janeiro: Zahar, 2012); e James Naylor Green, *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States* (Durham: Duke University Press, 2010).

^{iv} Mary Helen Spooner, *The General's Slow Retreat: Chile after Pinochet* (University of California Press, 2011).

^v Sergio Bitar, *El gobierno de Allende. Chile 1970 – 1973* (Santiago: Pehuén Editores, 2013).

^{vi} Marisi Pérez Zujovic Yoma, *La gran testigo: el asesinato de mi padre durante la Unidad Popular* (Santiago: Editorial Catalonia, 2013).

^{vii} Tanya Harmer, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War* (Chapel Hill: UNC Press, 2011).

^{viii} Tanya Harmer, "Brazil's Cold War in the Southern Cone 1970-1975," *In: Cold War History*, Volume 12, Edição 4, 2012.

^{ix} Luiz Alberto Moniz Bandeira, *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

^x Denise Rollemberg, *Exílio: Entre raízes e radares* (Rio de Janeiro: Record, 1999); Teresa Cristina Schneider Marques, "Lembranças do exílio: as produções memorialísticas dos exilados pela ditadura militar brasileira." *In: Elias Medeiros; Naiara Molin. (Org.). A construção da memória política* (Pelotas-RS: UFPEL, 2011); Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa Porciúncula de Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima (eds.) *Memórias das mulheres do exílio. Vol. 2.* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980); Pedro Uchôa Cavalcanti, Pedro Celso e Jovelino Ramos (eds.) *Memórias do exílio, 1964 / 19??: De muitos caminhos. Vol. 1* (São Paulo: Livramento, 1978).

^{xi} "Brasil falará em Washington como potência mundial," *Quê Pasa*, Número 8. Dezembro de 1971.

^{xii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 19187, de 18 de junho de 1971. DFE/DPR/660.7.

^{xiii} Fernando A. Veloso, André Villela and Fabio Giambiagi, "Determinantes do 'milagre' econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica," *In: Revista Brasileira de Economia*, Volume 62, Número 2, Rio de Janeiro Apr./June 2008, 222.

^{xiv} *Ibid*, 224.

^{xv} Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 2009), 45.

^{xvi} James Green, *We Cannot Remain Silent: Opposition to the Brazilian Military Dictatorship in the United States* (Durham: Duke University Press, 2010).

^{xvii} "Student Disrupts a Meeting of O.A.S. During Medici Talk," *The New York Times*, 8 de dezembro de 1971.

^{xviii} "The Torture of a Brazilian," *The Washington Post*, 19 de setembro de 1971, 83.

^{xix} Richard Nixon: "Toasts of the President and President Medici of Brazil", 7 de dezembro de 1971. Online por Gerhard Peters e John T. Woolley, The American Presidency Project. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3247>.

^{xx} "Meeting with President Emilio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 a.m., in the President's Office, the White House". Memorandum for the President's File. 9 de dezembro de 1971.

^{xxi} *Ibid*.

^{xxii} "Itamaraty usou AI-5 para investigar vida privada e expulsar diplomatas," *O Globo*, 28 de junho de 2009.

^{xxiii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 2 349, 10 de abril de 1970, DNU/DBP/604.

^{xxiv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 17534, 22 de setembro de 1970 DBP/600.

^{xxv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 9125, 27 de junho de 1970. DCInt/DBP/542.6(32) e 542.64.

^{xxvi} *Ibid*.

^{xxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25366, 4 de dezembro de 1970. AIG/DBP/DSI/500 591.71.

^{xxviii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 25786, 9 de dezembro de 1970. DBP/DTBP/601.4.

^{xxix} *Ibid*.

^{xxx} Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, EM no 01 FA-2-25, Brasília, DF, 21 de janeiro de 1971.

^{xxxi} "O Brasil de Pinochet," *O Estado de São Paulo*, 31 de agosto de 2013.

^{xxxii} *Ibid*.

^{xxxiii} *Ibid*.

-
- ^{xxxiv} Todos esses eventos eram reportados ao governo brasileiro diariamente pelo então embaixador em Santiago, Antônio Câmara Canto. Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 062195, 03 de novembro de 1971. BBP/600.
- ^{xxxv} Comisión de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, *Cuba-Chile, Encuentro simbólico entre dos procesos históricos* (Havana: Ediciones Políticas, La Habana, 1972), 13.
- ^{xxxvi} José Rodríguez Elizondo, “El invierno del Mesías,” *In: Caretas*, Ed. 1695, 8 de novembro de 2001, 9.
- ^{xxxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 21612, 30 de outubro de 1970. AIG/DBP/601.4.
- ^{xxxviii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064043, 9 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).
- ^{xxxix} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 064860, 11 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(24h).
- ^{xl} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065394, 12 de novembro de 1971. DBP/DEOc/920(85).
- ^{xli} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 065769, 14 de novembro de 1971. DBP/DAC/920(24h).
- ^{xlii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 066067, 16 de novembro de 1971. DBP/DAC/430(52).
- ^{xliiii} Alberto Aggio, “Uma Insólita Visita: Fidel Castro no Chile de Allende”, *Revista História*. São Paulo, Volume 22, Número 2, 2003, 151-166.
- ^{xliv} Alejandra Rojas, *Salvador Allende: una época en blanco y negro* (Buenos Aires: El País/ Aguilar, 1998), 100.
- ^{xliv} Castro fez críticas duras ao governo uruguaio, por exemplo, forçando as autoridades chilenas a declarar que não compartilhavam a mesma opinião do líder cubano. Ver Bandeira, 2008.
- ^{xlvi} Comisión de Orientación Revolucionaria del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, *Cuba-Chile, Encuentro simbólico entre dos procesos históricos*. (Havana: La Habana, 1972), 265.
- ^{xlvii} Lubna Z. Qureshi, *Nixon, Kissinger, and Allende: U.S. Involvement in the 1973 Coup in Chile* (Lanham: Lexington Books, 2008), 112.
- ^{xlviii} Tanya Harmer, *Allende's Chile and the Inter-American Cold War* (Chapel Hill: UNC Press, 2011).
- ^{lix} Compañero Presidente, Ideário Político de Salvador Allende (Cidade do México: Editorial Samoc, 1973), 155.
- ^l *Ibid*, 157.
- ^{li} “Meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday, December 9, 1971, at 10:00 A.M., in the President’s Office, the White House.” Memorandum for the President’s File, 9 de dezembro de 1971.
- ^{lii} Informes sobre o Chile, Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, Parte S/No, Brasília, DF, 18 de maio de 1970.
- ^{liii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 06 de abril de 1972. DMP/600(20).
- ^{liv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 22 de abril de 1972. DBP/600(20).
- ^{lv} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.
- ^{lvi} Arquivo Nacional do Brasil, EMFA, “Consbras Montevideu para Secretaria Estado, Atividades Subversivas na Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai”, 7 de abril de 1976.
- ^{lvii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX, “Portugal. Refugiados brasileiros. Euclides Moraes Gomes. “AI”,” 19 de agosto de 1976.
- ^{lviii} “Diplomatas refutam livro de Davis,” *Jornal do Brasil*, 6 de novembro de 1985, 15.
- ^{lix} Nathaniel Davis, *The Last Two Years of Salvador Allende*, (Ithaca: Cornell University, 1985), 331-333.
- ^{lx} Edward M. Korry, “Confronting Our Past in Chile,” *Los Angeles Times*, 8 de março de 1981, sec. 6, 5.
- ^{lxi} Marlise Simmons, “The Brazilian Connection,” *Washington Post*, 6 de janeiro de 1974, B3.
- ^{lxii} “Ingresso silenciosamente al país teórico de la dictadura brasileña toma contactos con la derecha,” Última Hora, 26 de novembro de 1971, 3.
- ^{lxiii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 069743, 26 de novembro de 1971. AIG/DSI/DBP/591.71.
- ^{lxiv} Nathaniel Davis, *The Last Two Years of Salvador Allende*, (Ithaca: Cornell University, 1985), 332.

-
- ^{lxv} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama 011923, 2 de fevereiro 1973. DBP/600(B39)602.2(B39).
- ^{lxvi} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 11 de junho de 1973. DAM-I/600(B39)611.5(B39).
- ^{lxvii} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 04 de agosto de 1973. DAM-I/600(B39).
- ^{lxviii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 543/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 114/121, 30 de outubro de 1973.
- ^{lxix} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 522/73, II, no 671 - 90/91, 5 de outubro de 1973.
- ^{lxx} Arquivo Nacional do Brasil, no 006/ FA-12-041, 17 de janeiro de 1975.
- ^{lxxi} Arquivo Histórico do Itamaraty, Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama de 13 de setembro de 1973. DMP/600(B39)(571).
- ^{lxxii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 487/73, BRAN, BSB, IE 11.3, p. 28/121, 5 de outubro de 1973.
- ^{lxxiii} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 566/73, BRAN, BSB, IE 16.4, p. 1/52, 14 de abril de 1977.
- ^{lxxiv} Arquivo Nacional do Brasil, CIEX no 154/77, BRAN, BSB, IE 11.4, p. 45/109, 13 de novembro de 1973.